

SindCVM Informa

Sua forma de saber o que acontece.



SindCVM



SindCVM

PEC 32 na Comissão Especial



A Reforma Administrativa proposta pelo Governo Federal, que ameaça o serviço público, avançou mais um degrau rumo à aprovação. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que avaliava a constitucionalidade da proposta, aprovou a PEC que agora será debatida por uma Comissão Especial para, em seguida, ir à votação em plenário. Foram 39 votos favoráveis e 26 contrários, um placar mais apertado do que o esperado pelo governo que tem no ministro da Economia, Paulo Guedes, um dos maiores defensores da proposta. Apesar do presidente Jair Bolsonaro tentar se omitir em relação à esta Reforma Administrativa para evitar desgaste eleitoral, sobretudo em relação à categoria dos policiais, a PEC 32 é produto deste Governo.

A defesa da Reforma Administrativa está sendo baseada na necessidade de diminuição dos gastos primários, mas as remunerações mais altas do serviço público estão fora dessa proposta, uma vez que ela não atinge membros do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do Ministério Público. A PEC 32 também não prevê a contenção de gastos nas carreiras militares. Quem vai sofrer com essa proposta é a maioria dos servidores públicos que presta serviços relevantes à população e que terá suas carreiras desvalorizadas.

Na CCJ, houve a supressão de três itens do texto original. Um deles previa, entre os novos princípios da administração pública, a subsidiariedade, o que colocava o Estado como coadjuvante da iniciativa privada na prestação de serviços públicos. O segundo vedava aos servidores de cargos típicos de Estado a realização de outras atividades remuneradas, o que é inconstitucional. Assim como o terceiro item suprimido que permitia ao presidente da República extinguir autarquias e fundações.

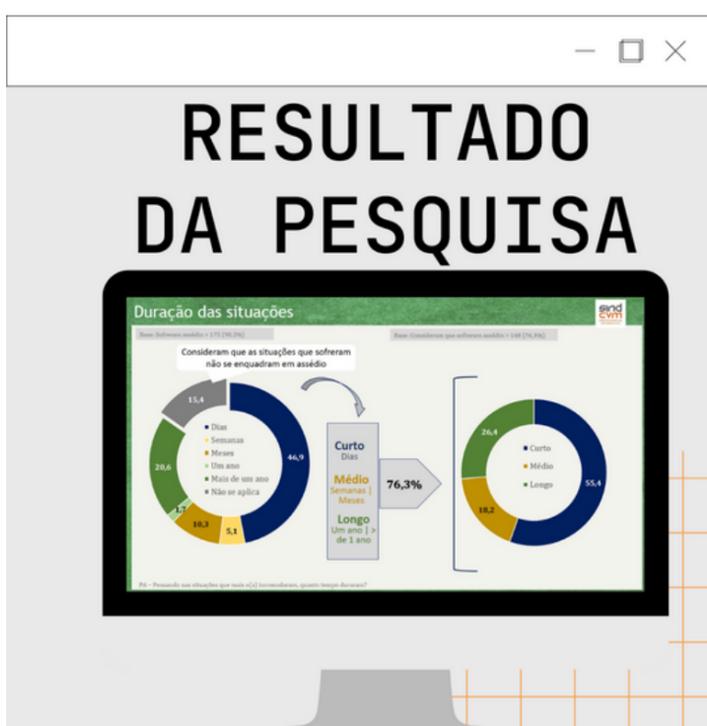
No entanto, outros pontos inconstitucionais permaneceram na PEC como, por exemplo, o período de experiência para servidores. Porém, o relator apontou que eram questões de mérito e devem ser discutidas no âmbito da Comissão Especial.

A expectativa da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, que luta para barrar a PEC 32, é que na Comissão Especial haja mais espaço para negociação e troca de ideias com cada parlamentar, o que pode garantir a exclusão de outros aspectos preocupantes da proposta. Para a Frente, é fundamental garantir a estabilidade dos servidores a fim de evitar perseguições na administração pública. Acredita-se também que, na comissão, haja debates sobre a definição das carreiras típicas de Estado que, segundo o texto da PEC 32, seriam aquelas que manteriam a estabilidade.

Além de prever o fim da estabilidade, a PEC também acaba com o Regime Jurídico Único o que, na prática, cria contratações por prazo determinado e sem concurso público, abrindo as portas para indicações políticas e comprometendo a eficiência dos serviços prestados. O fim do RJU também vai criar múltiplas categorias dentro do serviço público e a extinção de carreiras que podem ficar sem reajustes e sem paridade, no caso dos aposentados. São várias mudanças que, se forem efetivadas, vão promover a ineficiência e atingir os atuais servidores com a consequente precarização do serviço público, prejudicando toda a sociedade.

Por isso é hora de lutar para evitar que a PEC 32 siga adiante. E cada um de nós tem um papel importante nessa pressão. Acompanhe nossas redes sociais onde divulgamos abaixo-assinados e tuitos contra a Reforma Administrativa promovida pelo Governo Federal. Faça a sua parte: envie mensagens pelas redes para os deputados da Comissão Especial. Comente e compartilhe. Vamos fazer, em breve, um dia de grande mobilização contra a PEC 32. Junte-se a nós e participe! Veja mais detalhes da mobilização neste [link](#).

Diálogo com Administração sobre nosso ambiente de trabalho



Enviamos a todos que responderam à nossa pesquisa sobre o ambiente de trabalho os principais pontos levantados pela enquete, na semana passada. Os resultados - apurados por uma equipe técnica contratada composta por profissionais com ampla experiência em coleta e análise de dados – nos permitiram comprovar a existência de problemas relacionados ao assédio no âmbito da CVM e concluir pela necessidade de soluções para o seu enfrentamento.

Com o objetivo de apresentar a pesquisa de forma mais detalhada e começar a propor soluções à Administração da casa, a diretoria do SindCVM solicitou e foi recebida em reunião na manhã desta segunda-feira (7/6) com o SGE, Alexandre Pinheiro, e o SAD, Darcy Oliveira. O diálogo foi aberto e vamos reportar aqui o seu desenvolvimento, nas próximas edições do SindCVM Informa.

Caso não tenha recebido o e-mail com os principais resultados da enquete entre em contato conosco: contato@sindcvm.org.br. E se tem alguma sugestão para levarmos à Administração, nos procure também. Queremos que todos façam parte desse diálogo para construirmos um ambiente de trabalho saudável e produtivo. Sua opinião é muito importante para o SindCVM.

Assembleia Geral nesta quarta. Participe!



Na pauta da Assembleia Geral Ordinária estão a prestação de contas do exercício de 2020 e a eleição dos membros do Conselho Eleitoral, conforme determina o Estatuto do SindCVM. Precisamos eleger os três membros do Conselho Eleitoral e os respectivos suplentes que vão coordenar o processo de eleição para Diretoria e Conselho Fiscal a ser realizada em 2022. Os associados de São Paulo e Brasília precisam escolher também os seus Delegados.

Além disso, será discutida a proposta do Sindicato de redução da mensalidade. Atualmente, os filiados contribuem mensalmente com 0,7% sobre o total dos vencimentos, valor máximo previsto no Estatuto. Porém, em função do congelamento dos reajustes e da alta do custo de vida, sobretudo para os aposentados, o SindCVM decidiu propor que a contribuição seja reduzida e passe a 0,5% sobre o total da remuneração.

A Assembleia será realizada de forma virtual por meio da plataforma Teams, no dia 09 de junho, às 18h. O link e o Edital de Convocação já foram encaminhados por e-mail. Caso não tenha recebido, entre em contato conosco pelo e-mail: contato@sindcvm.org.br
Esperamos você!

Escolha para representantes dos servidores no CGEP



As inscrições para os candidatos a representantes dos servidores no CGEP (Comitê de Gestão de Pessoas) foram encerradas semana passada. Os candidatos são: Oswaldo Molarino Filho (GPS-2/SPS), Roselene Candida Alves (DINF/SOI) e Carlos Henrique Butler Braga (GOI-1/SOI). Uma votação aberta já está em andamento. O candidato mais votado será o representante titular e o segundo ficará com a suplência. O resultado sairá no próximo dia 16/06. O SindCVM defende que os eleitos devem dialogar com todos da autarquia e também com o Sindicato, uma vez que a entidade representa os servidores em várias situações.

O CGEP propõe diretrizes e delibera sobre questões relacionadas aos programas pertinentes à gestão de pessoas na CVM e é composto por quatro membros permanentes (SGE, CGP, SPL e SAD), além de dois membros adicionais (ocupante de função comissionada do poder executivo nível 4, escolhido pelos membros permanentes do CGEP, e representante do quadro efetivo da Autarquia, não titular de componente organizacional).

Estamos à disposição dos futuros representantes para debater questões de interesse comum a todos os servidores da CVM.